



# Aprendizados da certificação socioambiental para a agricultura

Por: Luís Fernando Guedes Pinto e Eduardo Trevisan Gonçalves

## Resumo

- Há muitas iniciativas de certificação socioambiental ou sustentabilidade para a agricultura, variando substancialmente em alcance, temas tratados, implementação, garantias, impacto e transparência.
- Empreendimentos com certificados socioambientais são diferentes e tem desempenho ambiental e social diferente de outros similares não certificados. Todavia em geral estes já eram diferenciados antes da primeira auditoria e não é possível atribuir as mudanças exclusivamente à certificação.
- Os produtores certificados têm perfil de grande produção empresarial com alta tecnologia e gestão. A participação de médios e pequenos produtores ocorre por meio da certificação em grupos. Estes estão organizados coletivamente, tem alta produtividade e recebem algum tipo de apoio externo para se certificar. Os pequenos e médios produtores com baixa produtividade e sem apoio de atores privados ou públicos para o seu fortalecimento seguem à margem da certificação.
- A implementação da certificação contribui para a melhoria da gestão de um empreendimento e o seu consequente melhor desempenho socioambiental.
- A expectativa de benefícios econômicos (principalmente de mercados diferenciados e com sobre-preço) é a principal motivação para produtores se certificarem. Os investimentos para as mudanças exigidas pela certificação, o cumprimento legal e o acesso à informação são percebidos como as principais barreiras para se certificar.
- A implementação da certificação implica em melhor gestão, eficiência, aumentos de produtividade e diminuição de custos de produção. Portanto, fazendas certificadas tendem a ser mais lucrativas que as não certificadas, independente dos benefícios externos de mercado.
- Há evidências de que as principais mudanças para uma fazenda se certificar acontecem antes da primeira auditoria, mas isto ainda não foi avaliado adequadamente. Os empreendimentos precisam alcançar um desempenho mínimo para se certificar, mas isto não implica no cumprimento integral das normas ou padrões de imediato ou mesmo no curto prazo. A melhoria contínua e o aumento do desempenho socioambiental do empreendimento acontecem após a certificação no médio prazo, mas com flutuações entre avanços e retrocessos, alguns influenciados por aspectos externos à fazenda.

- Sistemas de certificação tem um sistema de melhoria contínua de médio prazo e, portanto, aceitam o não cumprimento integral e falhas no cumprimento das suas normas ao longo da certificação. Isto reconhece a influência de fatores externos, a necessidade de mudanças de médio prazo, a ocorrência de falhas aceitáveis (há as não aceitáveis). Isto permite uma maior participação de produtores na certificação.

- As não conformidades ou falhas de cumprimento com as normas de certificação variam de direitos e garantias básicas para trabalhadores, mudanças estruturais e de recuperação ambiental de médio prazo, práticas agronômicas inadequadas e necessidades de melhoria da gestão.

- A implementação da certificação contribui para o cumprimento da legislação, principalmente as trabalhistas e ambientais que se relacionam diretamente com o conteúdo das suas normas. Todavia a lógica da melhoria contínua também se aplica para as exigências legais. Portanto, embora faça diferença para o cumprimento da lei, a certificação não garante o cumprimento integral de toda a legislação socioambiental pertinente.

- Além das normas ou padrões, as regras de auditoria, tomada de decisão de certificação, controle dos certificadores, exigências e treinamento de auditores, transparência e a forma de trabalho dos certificadores fazem grande diferença para os resultados socioambientais da certificação. Logo, a participação e o monitoramento da certificação pela sociedade são fundamentais para as suas metas de conservação e garantia de direitos.

- Os componentes de rastreabilidade de sistemas de certificação variam entre aqueles que garantem a matéria-prima certificada no produto final para o consumidor e os que somente atestam o volume de matéria prima certificada comprada por uma empresa e que pode ou não estar presente no produto final. Cada um destes cenários implica em robustez e custos diferentes e necessitam estar ancorados em declarações coerentes com as suas garantias. As escolhas das empresas deste gradiente de opções

dependem do papel da certificação no seu relacionamento com os consumidores e com a sociedade.

- Para algumas commodities e cadeias produtivas a certificação tem tido um papel relevante na definição de uma agenda de sustentabilidade e a sua implementação. Tem causado grandes transformações em milhares de propriedades rurais no Brasil e no mundo, mas ainda não há evidências de que tenham causado mudanças territoriais em grande escala.

- Nos estudos realizados pelo Imaflora e na literatura em geral há evidências da certificação ter contribuído não somente para mitigar impactos, mas também a recuperação e a conservação ambiental. Contudo, no campo social os impactos tem se limitado a garantir direitos e condições seguras e dignas de trabalho em detrimento de uma mudança estrutural dos modos de vida de vida e bem estar de trabalhadores rurais e comunidades de entorno de unidades produtivas. Também tem tido efeito apenas marginal em lidar com as assimetrias entre a agricultura empresarial e a familiar e a concentração da terra e da riqueza no campo, que são desafios fundamentais para o setor no Brasil e no mundo.

- Os aprendizados da sua implementação também podem apontar lacunas de conhecimento e tecnologia e orientar a necessidade de avanços na pesquisa e no desenvolvimento de políticas públicas e privadas para superar as barreiras para a sustentabilidade no campo.

- O seu futuro depende de um maior impacto na paisagem, a conexão e a busca de complementaridade com outras iniciativas privadas e governamentais de fomento e indução à sustentabilidade. Deve ter sinergias com aquelas que têm buscado a eliminação de práticas predatórias e degradantes, mas manter o seu papel de induzir mudanças para um patamar mais amplo e alto de sustentabilidade. Eliminar o predatório e degradante é urgente, mas seguir na escalada para a conservação dos recursos naturais, a garantia de direitos e a geração de bem-estar no meio rural é uma necessidade fundamental para as metas de sustentabilidade públicas e privadas.

## Introdução

As certificações ocupam um importante espaço e desempenham um papel relevante na indução e garantia de “sustentabilidade” de diversos setores produtivos. Após duas décadas de criação de várias destas iniciativas, ao final de 2016 havia 210 sistemas de padrões, códigos de conduta ou protocolos de auditoria para diversas cadeias produtivas em todo o mundo (ITC, 2017). Diversos destes sistemas são aplicados para a agropecuária brasileira devido à sua importância para a economia, para o comércio mundial e à sua dimensão socioambiental.

O Standards map aponta 69 tipos de padrões, protocolos e códigos de conduta com algum conteúdo de sustentabilidade aplicados para a agropecuária brasileira (ITC, 2017). Há grande variedade de alcance de setores, temas, nível de asseguramento, garantias, impacto e credibilidade entre estas iniciativas na escalada rumo a uma produção sustentável (Figura 1). Parte delas chega ao consumidor por meio de selos em produtos finais, mas muitas cumprem o papel de oferecer garantias ou atributos somente entre elos da cadeia produtiva.

Figura 01

### Escalada de padrões e garantias socioambientais para sistemas de produção e cadeias produtivas.



Fonte: Pinto, 2016

De todo modo, algumas commodities já tem parte relevante da sua produção com algum tipo de certificação ou verificação socioambiental, especialmente aquelas em que estes sistemas foram implementados de maneira pioneira décadas atrás (café), o produto chega diretamente ao consumidor final (chá, frutas, café, cacau) ou estão associadas a um grande impacto socioambiental (soja, açúcar, energia, óleo de palma) - Figura 2.

Figura 02

### Evolução da porcentagem da produção global mundial de algumas commodities agrícolas com certificação socioambiental.

Commodity	2008	2012
Café	9%	38%
Cacau	3%	22%
Óleo de Palma	2%	15%
Chá	6%	12%
Algodão	1%	3%
Banana	2%	3%
Açúcar	<1%	3%
Soja	2%	2%

Fonte: Potts et al. (2014).

Muitos estudos e pesquisas têm avaliado o impacto e as mudanças sociais, ambientais e econômicas da certificação em setores ou cadeias produtivas específicas. Não há unanimidade, mas há uma convergência de que de fato a certificação causa mudanças e impactos rumo a um patamar mais alto de desempenho socioambiental ou sustentabilidade. Uma avaliação abrangente que reuniu o resultado de mais de 40 estudos e pesquisas de diferentes setores da economia e sistemas de certificação concluiu que as certificações de sustentabilidade oferecem uma ampla gama de benefícios para os negócios ao longo da cadeia de suprimentos, que podem se materializar na escala do valor da empresa, da cadeia de suprimentos e do setor (Molenaar e Kessler, 2017). O estudo identificou como principais resultados de curto prazo prêmios para os produtos, acesso a mercados, acesso a finanças, melhor gestão de risco da cadeia de suprimentos e melhoria operacional. Os resultados de longo prazo identificados foram o aumento do lucro, a diminuição de custos e a melhoria reputacional.

Contudo, apesar desta convergência e embora este tema tenha sido incorporado de maneira central no mundo de algumas corporações, ONGs e pesquisadores, ele é desconhecido ou pouco entendido pela grande maioria da população e até por tomadores de decisão.

Este estudo tem o objetivo de organizar e traduzir os aprendizados, possibilidades de transformações ou impactos e limitações e falhas da certificação socioambiental para a “sustentabilidade” da agricultura. Isto será feito pela reunião de estudos prévios, novos dados e análises do resultado da implementação do sistema de certificação da Rede de Agricultura Sustentável – Rainforest Alliance no Brasil. Os novos dados pertencem ao banco de dados do Imaflora, até o momento o principal (mas não o único) certificador deste sistema no Brasil. Os estudos prévios foram majoritariamente conduzidos pelo Imaflora, sempre em parceria com entidades de pesquisa, sendo que alguns deles foram publicados em revistas científicas com revisão por pares.

## O Sistema RAS – Rainforest Alliance

O sistema de certificação socioambiental da Rede de Agricultura Sustentável (RAS) – Rainforest Alliance passou por várias fases de evolução, mas seu nascimento ocorreu no início da década de 1990. É uma parceria entre a RAS (uma rede de ONGs de conservação de vários países) e a Rainforest Alliance. O sistema tem uma norma de certificação que engloba dezenas de critérios de avaliação (136) de temas de gestão, produção agropecuária, ambientais e sociais. Tem um sistema complementar de certificação de cadeia de custódia ou rastreabilidade, que garante ao consumidor final a origem do produto certificado, que pode levar o selo Rainforest Alliance Certified TM. O sistema tem atualmente 10 certificadores credenciados para atuar no mundo e alcançava ao final de 2016 1,2 milhão de fazendas certificadas em 45 países. São mais de 100 culturas e pecuária de corte certificado, mas com grande predominância de café, cacau, chá e frutas (principalmente banana e abacaxi, que representam grande impacto socioambiental na América Central).

As fazendas podem se certificar individualmente ou em grupos e passam por auditorias anuais. Para se certificar a fazenda deve cumprir com todos os 30 critérios críticos dos 136, que representam temas fundamentais de sustentabilidade, como convenções fundamentais do trabalho da OIT, desmatamento, agrotóxicos proibidos, entre outros. Além disso, devem cumprir com 80% de toda a norma e 50% dos critérios de cada Princípio. Isto é, deve ter um alto desempenho total (mas não necessariamente integral da norma), mas também um desempenho mínimo para cada tema de sustentabilidade (organizado pelos tais Princípios). A auditoria avalia os aspectos sociais, ambientais, agrônômicos e de gestão de toda a propriedade rural, mesmo que somente uma das culturas da propriedade seja certificada para o mercado. Para grupos, além da norma de certificação, o administrador do grupo tem que cumprir com uma norma específica, onde deve demonstrar a capacidade para garantir o cumprimento da norma em todas as fazendas do grupo. Neste caso, as auditorias

de certificação e anuais ocorrem no administrador do grupo e em uma amostra de fazendas. A partir de julho de 2017 o sistema contará com uma nova norma de certificação de fazendas e grupos e com novas regras para o seu cumprimento.

O sistema passou a ser implementado no Brasil

em 2003, com a certificação de uma fazenda de café. Hoje há fazendas e grupos certificados que produzem café, cacau, laranja, outras frutas e pecuária de corte, em por volta de 500 fazendas que ocupam mais de 250 mil hectares em todas as regiões do país.



## Aprendizados

### Aprendizado 1. Faz diferença? Faz, mas já era diferente antes de certificar?

O primeiro aprendizado foi registrado no estudo E certificar, faz diferença? (Lima et al., 2009) e outros realizados posteriormente, que concluíram que fazendas certificadas de café RAS – Rainforest Alliance e empresas de plantações florestais certificadas FSC® são diferentes de empreendimentos similares não certificados. As fazendas certificadas tinham um desempenho ambiental e social melhor que as não certificadas em muitos dos itens avaliados, como conservação de APPs, restauração florestal, uso de agrotóxicos, conservação do solo, gestão de resíduos, contratação de trabalhadores rurais, uso de equipamentos de proteção individual, alojamentos e treinamento de trabalhadores, entre vários outros.

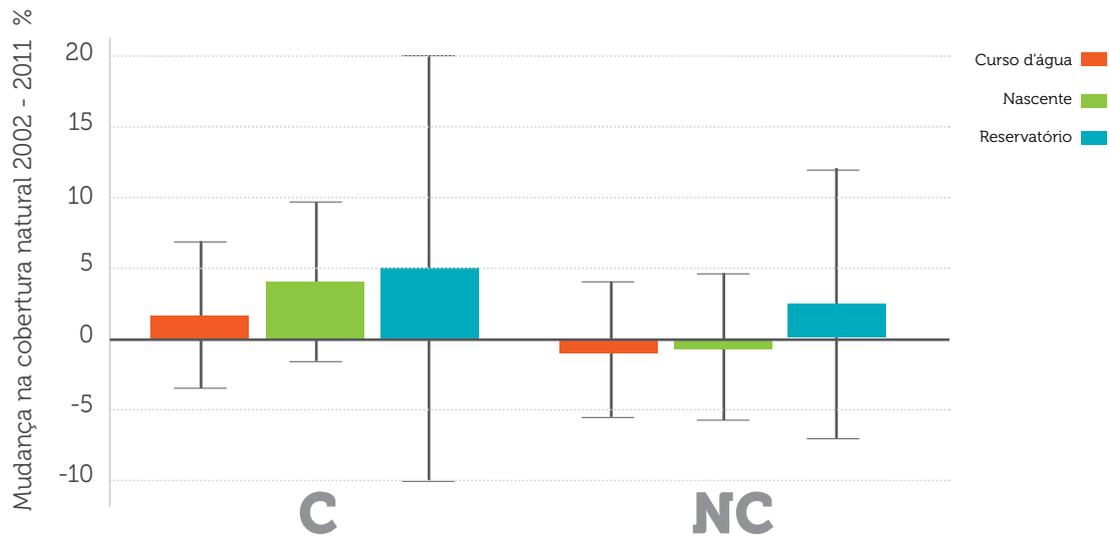
A principal ressalva deste e da maioria de estudos similares é que não é possível concluir se as diferenças são mudanças causadas de fato pela certificação ou se elas já existiam anteriormente. Isto é, a certificação somente reconhece quem já faz um trabalho diferenciado (independente da razão ou motivação) ou realmente induz uma mudança? Ela somente entrega um selo para os que sempre foram melhores

ou faz produtores medianos mudarem de patamar? Esta dúvida não foi respondida adequadamente, pois há poucos estudos que avaliaram o desempenho de empreendimentos certificados antes da certificação. Embora em seguida discutiremos a melhoria contínua de empreendimentos já certificados, há a hipótese de que se há mudanças concretas, as principais ocorrem antes da certificação, quando as fazendas ou empresas fazem as mudanças de adequação para serem auditadas. Estas seriam mais substanciais do que as que ocorrem ao longo do tempo depois da certificação.

Um estudo de caso aprofundou a análise da diferença entre fazendas de café certificadas e não certificadas para a conservação da biodiversidade. Comparou-as com o entorno e ao longo do tempo e concluiu que as certificadas contribuíram para um menor desmatamento do cerrado, maior fornecimento de habitat e maior conectividade para a fauna e restauração de APPs (Figura 3). Porém, o estudo também relevou que já havia diferenças antes da certificação e que as mudanças posteriores foram sutis (Hardt et al., 2015).

Mudança da cobertura vegetal em APPs de fazendas de café certificadas (C) e não certificadas (NC).

Figura 03



Fonte: Hardt et al. (2015)



Contents lists available at [ScienceDirect](http://ScienceDirect)

## Forest Ecology and Management

journal homepage: [www.elsevier.com/locate/foreco](http://www.elsevier.com/locate/foreco)



### Does certification improve biodiversity conservation in Brazilian coffee farms?



Elisa Hardt<sup>a,d,\*</sup>, Edoardo Borgomeo<sup>b</sup>, Rozely F. dos Santos<sup>c</sup>, Luís Fernando G. Pinto<sup>d</sup>, Jean Paul Metzger<sup>c</sup>, Gerd Sparovek<sup>e</sup>

<sup>a</sup> Federal University of São Paulo, Department of Biological Sciences, Rua São Nicolau, 210, Diadema 09913-030, Brazil

<sup>b</sup> University of Oxford, Environmental Change Institute, South Parks Road, Oxford OX1 3QY, United Kingdom

<sup>c</sup> University of São Paulo, Department of Ecology, Rua do Matão, 321, travessa 14, São Paulo 05508-900, Brazil

<sup>d</sup> Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, Estrada Chico Mendes, 185, Piracicaba 13426-420, Brazil

<sup>e</sup> University of São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Av. Pádua Dias, 11, CP 9, Piracicaba 13418-900, Brazil

## Aprendizado 2. Quem participa e por que.

Os primeiros a se certificar em qualquer setor foram grandes empresas ou produtores profissionais, com alto nível tecnológico e que tinham um objetivo ou uma determinação clara (seja corporativa ou de mercado) para obter o selo (Pinto, 2014). A participação de pequenos e médios produtores ocorreu anos depois, com a introdução da certificação coletiva em grupos (Pinto et al., 2013). No caso do café brasileiro, o primeiro grupo somente foi certificado cinco anos após a primeira grande fazenda (em 2008).

Mesmo assim, a organização em grupos resultou em uma mudança significativa tanto no perfil de produtores de café no Brasil (Pinto et al., 2014, Figura 4) como entre produtores de chá certificados na Argentina (Bakker, 2014). Houve um aumento principalmente da presença de médios produtores e o início da participação de pequenos, em situações mais particulares. Todavia, os estudos ressaltam que tanto os médios quanto os pequenos são produtores previamente tecnificados, com alta produtividade, organizados coletivamente e contando com o apoio de alguma organização externa para se certificar, seja uma cooperativa, um trader, um comprador de café ou uma ONG. Os grupos podem variar muito de tamanho (mínimo de 2 produtores e temos no Brasil a presença de grupos com quase 100 produtores). Eles podem aumentar o número de membros ao longo do tempo e podem tanto ser próximos geograficamente e ter grande homogeneidade entre eles, quanto podem estar dispersos em grandes territórios e haver grande heterogeneidade de perfis entre eles no mesmo grupo.

Além do apoio externo, a redução dos custos de auditoria para grupos, foi determinante para uma maior participação de pequenos e médios produtores. Em um levantamento feito em 2011, o preço médio da auditoria de

uma fazenda grande de café era de R\$ 17.600, enquanto o preço médio por produtor participante de um grupo era de R\$ 2.100 (Pinto, 2014). Porém, o mesmo estudo concluiu que a intensidade da auditoria nas fazendas amostradas era a mesma de fazendas individuais.

Mesmo assim, estes valores ainda eram altos para grupos com participação majoritária de agricultores familiares e a sua certificação somente foi possível com o subsídio do preço da auditoria oferecido pelo Fundo Social do Imaflora. Este é um mecanismo da organização que cobra uma taxa de 5% de todas as auditorias e outros serviços prestados para empresas para alimentar um fundo que subsidia atividades com agricultores familiares. Todavia este é um mecanismo próprio do Imaflora e que não encontra iniciativas similares em outros certificadores ou sistema de certificação. Portanto, embora seja um diferencial para algumas comunidades e cooperativas certificadas, não tem sido suficiente para causar mudanças estruturais de acesso destes grupos a sistemas de certificação de maneira mais ampla.

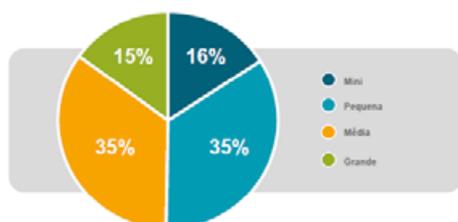
Estudos apontam que além da questão econômica, outras características do produtor também determinam a sua participação em certificação e iniciativas de sustentabilidade, como educação, faixa etária e conexões com outros produtores e entidades de assistência técnica (Bini et al, 2016; Adshead, 2015; Pinto et al., 2016).

Mesmo com todas estas variáveis, Pinto e McDermott (2013) e Pinto et al. (2014) destacaram que a certificação em grupo e outros mecanismos de maior inclusão resultaram em uma mudança de participação de perfis de produtores, mas não foram suficientes para incluir os produtores realmente marginalizados e excluídos do mercado, de assistência e de políticas públicas.

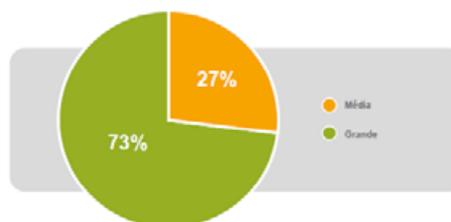
Figura 04

### Participação de produtores de café certificados individualmente e em grupo em função do tamanho da propriedade.

Distribuição do tamanho de fazendas de café certificadas em grupo em 2011



Distribuição do tamanho de fazendas de café certificadas individualmente em 2011

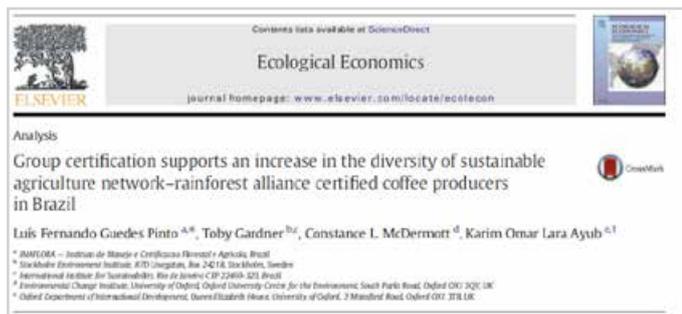


Fonte: Pntp et al. (2014)

Classificação de tamanho de fazenda segue a definição da Lei brasileira: mini < 1 módulo fiscal, pequena entre 1 e 4 módulos fiscais, média entre 4 e 15 MF e grande > que 15 módulos fiscais.

Finalmente, a expectativa de benefícios econômicos tangíveis, principalmente acesso a mercados diferenciados, exigências ou preferências de compradores e sobre-preços tem sido o principal motivador para produtores buscarem a certificação (Pinto et al, 2016). O mesmo estudo concluiu que as motivações para produtores de pecuária participar de iniciativas de sustentabilidade (sem certificação, portan-

to sem expectativa de mercado) foram aumentar a produtividade, o acesso a informações e à inovações. Como contraponto, também identificou que os custos, as exigências de cumprimento de legislação, o acesso a informação e a necessidade de mudanças ambientais e sociais foram percebidas pelos produtores como as principais barreiras para se certificar (Adshead, 2015, Pinto et al, 2016).



### Aprendizado 3. Gestão e melhoria contínua. Mudança ao longo do tempo.

Como mencionado anteriormente, há a hipótese de que as principais mudanças para um empreendimento se certificar ocorrem antes da primeira auditoria. Isto é, há um período (que pode ser breve ou de anos) onde a fazenda se organiza, realiza os investimentos e implementa mudanças para atingir o desempenho mínimo para se certificar. Mas e depois, o que acontece? Ela continua melhorando, uma vez que muitos sistemas de certificação se apresentam também como um instrumento de melhoria contínua?

Isto levanta o que costuma ser a primeira grande surpresa para quem começa a se familiarizar com a certificação: um empreendimento certificado pode não cumprir integralmente com a norma ou padrão de certificação todo o tempo. Segunda surpresa, se há uma variação de desempenho entre fazendas certificadas (entre as que têm a nota mínima e as que atingem a máxima), as fazendas certificadas não são todas iguais e não apresentam o mesmo desempenho. Há as ótimas e as boas, mas o Aprendizado número 1 confirma que todas costumam ser diferentes e ter desempenho médio melhor que as não certificadas para um amplo conjunto de temas de sustentabilidade.

Há sistemas (como o da RAS-Rainforest Alliance) que exigem um desempenho alto para se certificar - todos os critérios críticos, 80% de todos os critérios da norma e 50% dos critérios de cada Princípio. A Utz (e a partir de julho de 2017, a RAS), exigem o cumprimento mínimo de critérios básicos para se certificar e o aumento do cumprimento de outros ao longo dos anos. O FSC exige que todos os critérios sejam cumpridos em todas

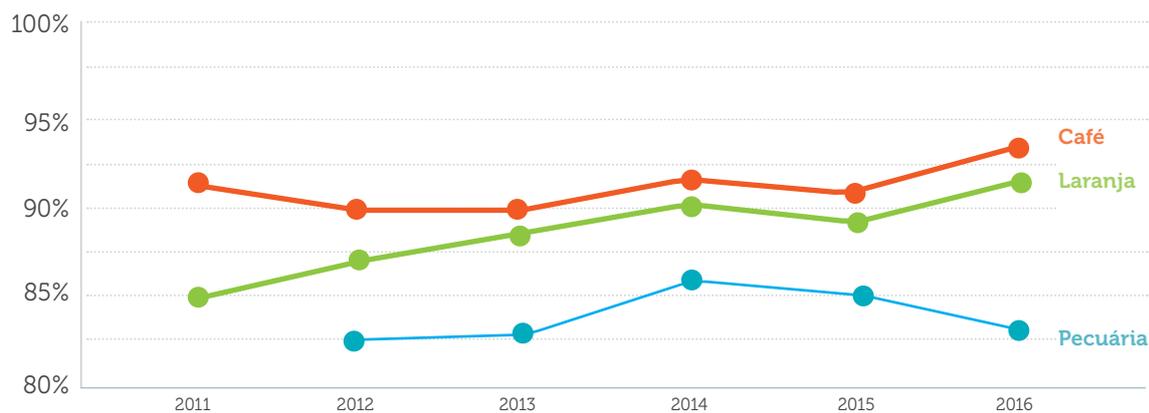
as auditorias. Mas todos (inclusive o FSC) aceitam o não cumprimento temporal de critérios e estabelecem regras e prazos para que voltem a ser cumpridos. Em outras palavras, os sistemas aceitam que os empreendimentos certificados não sejam “perfeitos” em relação ao que definem como “sustentabilidade” em suas normas.

Mesmo aceitando a não conformidade integral, de maneira geral, observamos uma tendência de aumento da conformidade e da nota das auditorias de certificação ao longo do tempo. As culturas com maior tempo de certificação e maior número de fazendas certificadas (como café e laranja) possuem uma média mais alta (maior que 90% em 2016). Na pecuária, com certificação mais recente e poucos casos (cinco em 2016), a média é mais baixa (somente um pouco acima do mínimo de 80%) e ainda sem tendência de aumento gradativo do desempenho socioambiental após a certificação (Figura 5).

Estudos de fazendas e grupos de café e de laranja no Brasil certificadas pelo sistema RAS-Rainforest Alliance apontam que as não conformidades variam de questões aparentemente essenciais a aspectos mais sofisticados de infraestrutura e de gestão, como fornecimento de água potável e de equipamentos de segurança para trabalhadores, restauração de vegetação nativa e planejamento ineficiente (Pinto et al. 2013b, Ferris et al, 2016). Para uma atualização destes dados, realizamos uma nova compilação das não conformidades de todas as auditorias de fazendas de todas as culturas auditadas pelo Imaflores entre 2011 e 2016, que se encontram na Tabela 1.

**Figura 05** Evolução da nota média de auditorias de certificação RAS-Rainforest Alliance realizadas pelo Imaflora entre 2011 e 2016 para todas as fazendas de café, laranja e pecuária. Média de 70 auditorias por ano.

Dado original.



**Tabela 01**

**Critérios das não conformidades mais frequentes de todas as fazendas individuais de todas as culturas auditadas RAS-Rainforest Alliance pelo Imaflora entre 2011 e 2016**

Critério	Tema do Critério
1.2	São executadas atividades para cumprir a norma mediante vários programas.
1.7	Existem processos de acompanhamento, medição e análise para avaliar o sistema de gestão.
2.6	São protegidos os leitos de rios naturais (APP) com as distâncias indicadas e zonas de proteção.
2.7	Existem barreiras vegetais entre o cultivo e as áreas de atividade humana.
4.2	Todas as fontes de água exploradas têm as respectivas concessões e permissões.
5.18	É executado um programa de educação sobre os requisitos da certificação, temas ambientais e conceitos de higiene e saúde.
6.6	Os trabalhadores recebem recursos, equipamento, serviços e infraestrutura para cumprir o programa de saúde e segurança e legislação (NR-31). É fornecido e exigido o uso de EPI aos trabalhadores que manuseiam máquinas, ferramentas ou implementos perigosos.
7.5	Há colaboração com os esforços de educação ambiental nos centros educacionais locais.
8.1	É executado um programa de manejo integrado de pragas priorizando controles físicos, mecânicos, culturais e biológicos e ao menor uso possível de agroquímicos.
9.1	A propriedade executa um programa de prevenção e controle da erosão de solos.
10.1	Existe um programa de manejo integrado de resíduos fundamentado no conceito de evitar e reduzir produtos de impacto negativo ao ambiente.

Dado original.

Ferris et al. (2016) apontaram uma tendência de diminuição de não conformidades ao longo dos anos de certificação de uma fazenda ou grupo de fazendas. Recordando que a nota mínima para se certificar é 80%, o trabalho observou um aumento médio da nota de 0,5% a 1% para o mesmo empreendimento, mesmo apontando que as falhas flutuam e temas podem ter falhas recorrentes ou terem falhas que foram sanadas e que passaram a ocorrer novamente. De maneira complementar e convergente, Borges (2015) encontrou que os empreendimentos de café certificados aumentaram a

nota média de 90% para 91% e de 91% para 92% entre o primeiro, o terceiro e o sexto ano de certificação.

Parte destas falhas e flutuações de desempenho pode ser explicada por fatores externos que influenciam a gestão, a capacidade operacional e de investimentos de uma fazenda; como mudanças climáticas, variações de produção na safra, preço de commodities e insumos, trocas na propriedade ou gestão da fazenda. Em função destas variações comuns de um negócio, é importante haver espaço para certas falhas, desde que

os sistemas tenham mecanismos para o seu controle e correção e exista transparência para a sociedade.

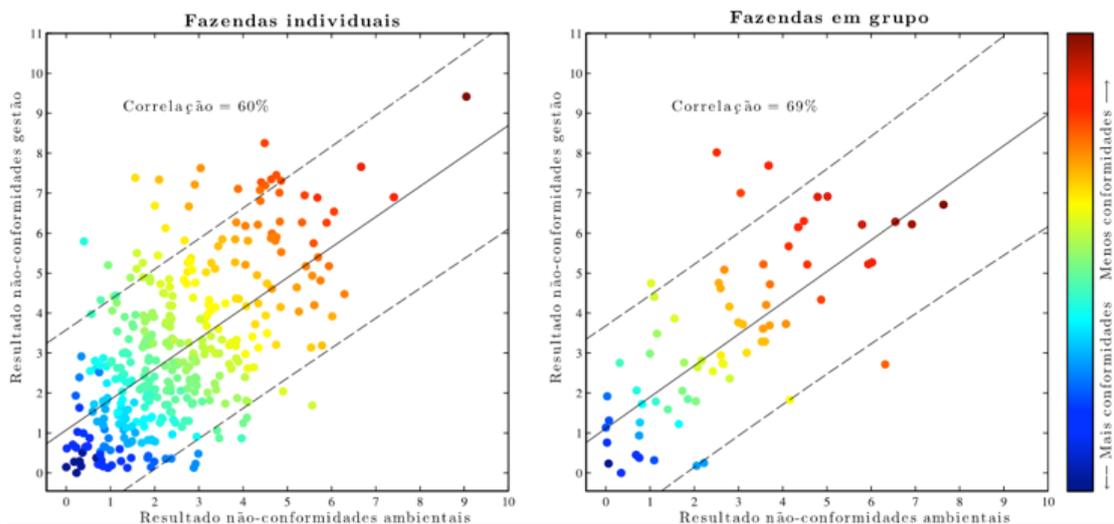
Os sistemas terem um ponto de entrada de produtores menor do que o cumprimento integral das suas normas também tem um significado nas suas estratégias e nas suas visões da evolução para a sustentabilidade. A exigência do cumprimento total restringe a participação de produtores e torna estes sistemas ainda mais excludentes do que já são naturalmente. Já a entrada com um nível parcial (mas que garanta um desempenho mínimo) e possibilite a melhoria e a implantação de mudanças no médio prazo reconhece que a busca pela sustentabilidade é um processo e amplia a participação para um

público maior de produtores que entraria na espiral de transformações.

Mesmo sendo um processo lento e com flutuações, a melhoria contínua ocorre apoiada em um sistema de gestão da fazenda, que costuma fazer parte das normas ou padrões de certificação de sustentabilidade. Esta hipótese foi testada por Ferris et al. (2016), que observou uma correlação direta entre a conformidade de critérios de gestão e critérios sociais e ambientais de fazendas de café certificadas individualmente e em grupo. Quanto maior foi a conformidade dos critérios de gestão, maior foi a conformidade dos critérios sociais e ambientais (exemplo Figura 6).

Figura 06

**Correlação entre cumprimento de critérios ambientais e de gestão em fazendas certificadas individualmente (esquerdo) e em grupo (direito). Quanto mais próximo do zero, menor a quantidade de não conformidades em cada dimensão (ambiental e gestão), e, portanto, o melhor desempenho.**



Fonte: Ferris et al. (2016).

## Aprendizado 4. Dimensão econômica. Qual é a vantagem.

Estudos já citados e outros afirmam que os principais motivadores e expectativas de produtores em obter a certificação são o alcance de mercados diferenciados e a obtenção de um sobre-preço ou prêmio pelo produto final certificado, seja o café, o cacau, a laranja ou o boi. Contudo, apoiados em observações de campo ao longo dos anos e baseados em depoimentos informais de proprietários e gestores de empreendimentos certificados, elaboramos a hipótese de que haveria outros benefícios econômicos além destes.

Todavia, em primeiro lugar o produtor toma a decisão de se certificar a partir de conta entre o custo da audito-

ria, o investimento para se adequar e o retorno financeiro de um prêmio ou vantagem de mercado. Nosso primeiro estudo neste tema sistematizou o preço de todas as auditorias de certificação agrícola RAS-Rainforest Alliance do Imaflora de 2011 para diferentes culturas. Dada à ressalva que o sistema RAS-Rainforest Alliance é considerado caro em relação a outros de certificação agrícola e que os serviços de certificação do Imaflora costumam ser maiores que o de outros certificadores; concluímos que os preços da auditoria e sua manutenção anual variam em geral entre 0,1 e 0,3% do valor do produto final da commodity, sem considerar qualquer prêmio – Tabela 2.

Tabela 02

## Custos diretos de auditoria para diferentes culturas

Dado original.

Custo direto da Certificação <sup>1</sup>	Custo direto da Certificação <sup>1</sup>	Área média das fazendas	Custo por área R\$/ha	Custo por produto primário <sup>3</sup>	Valor de mercado do produto primário	Custo relativo por produto primário
Fazendas de café individual	R\$ 17.600,00	1.755 ha	R\$ 10,00 / ha	R\$ 1,01 / saca de café	R\$ 350,00 / saca de café <sup>4</sup>	0,28% da saca de café
Grupos de fazendas de café	R\$ 27.500,00 média de R\$ 2.100 por produtor do grupo	3.185 ha por grupo 243 ha por produtor	R\$ 8,63 / ha	R\$ 0,57 / saca de café	R\$ 350,00 / saca de café <sup>4</sup>	0,16% da saca de café
Grupos de fazendas de chá Argentina	R\$ 23.300,00	2.100 ha	R\$ 11,20 / ha	R\$ 1,91 / tonelada de chá	R\$ 120,00 / tonelada de chá verde entregue na fábrica	1,59% da tonelada de chá verde
Usinas de cana-de-açúcar <sup>2</sup>	R\$ 79.000,00	25.484 ha	R\$ 3,10 / ha	R\$ 0,05 / tonelada de cana	R\$ 53,00 / tonelada de cana <sup>5</sup>	0,09% da tonelada de cana no campo
Fazendas de pecuária <sup>2</sup>	R\$ 39.928,00	19.966 ha	R\$ 2,00 / ha	R\$ 0,05 / arroba de animal vivo	R\$ 88,00 / arroba <sup>6</sup>	0,19% da arroba animal vivo
Fazendas de laranja <sup>2</sup>	R\$ 35.265,00	5.315 ha	R\$ 6,60 / ha	R\$ 0,016 / caixa de laranja	R\$ 10,10 / caixa de fruta no campo	0,15% da caixa de fruta no campo
cadeia de custódia qualquer cultivo	R\$ 8.000,00	-	-	-	-	-

Fonte e notas técnicas: Pinto (2014)

Em 2015 um novo estudo foi conduzido para avaliar o efeito econômico da certificação no interior da fazenda, também independente de prêmios de mercado. Assim, usando diferentes métodos analíticos, Bini et al. (2016) avaliaram os custos de produção e receitas de um grande grupo de fazendas certificadas de café de Minas Gerais.

Os autores concluíram que as fazendas certificadas

tinham produtividade e receita bruta maiores, preços de venda do café similares e tendência de custos de produção menores que as não certificadas (Tabela 3). Como consequência, obtiveram margem e lucro maiores (Bini et al., 2016b). Os resultados sugeriram que a certificação implica em maior eficiência e que as vantagens econômicas dentro da fazenda podem ser mais relevantes até do que os benefícios de mercado, concordando com Barham e Weber (2012).

Tabela 03

## Comparação de médias (One-Way ANOVA) para variáveis de desempenho econômico de fazendas produtoras de café certificados RAS-RA e não certificadas localizadas no cerrado mineiro no biênio 2011/13.

Variável	Certificação	Média	Sig
Custo total hectare (R\$ / ha)	Com certificação RA	12.401	0,18
	Sem certificação RA	11.800	
Custo total por saca (R\$ / saca)	Com certificação RA	268	0,05*
	Sem certificação RA	318	
Renda Bruta por hectare (R\$ / ha)	Com certificação RA	124.027	0,00*
	Sem certificação RA	39.224	
Produtividade (saca / ha)	Com certificação RA	47	0,01*
	Sem certificação RA	39	
Preço de venda do café (R\$ / saca)	Com certificação RA	406	0,15
	Sem certificação RA	393	
Área plantada café (média em ha)	Com certificação RA	305	0,00*
	Sem certificação RA	98	

Fonte: Bini et al. (2015).

\*Diferem estatisticamente ao nível de 5% de significância



## Aprendizado 5. O cumprimento da lei. Abrindo o tabu.

A maior surpresa para quem começa a investigar o mundo da certificação é saber que empreendimentos certificados podem não cumprir integralmente a legislação. O Aprendizado 3 já adiantou que fazendas e empresas certificadas podem não cumprir integralmente com as normas de certificação e que as falhas são registradas na forma de não conformidades. Estas podem ser corrigidas em diferentes prazos e segundo regras particulares de cada sistema. E isto pode se aplicar para o cumprimento legal.

Inicialmente é necessário registrar que os sistemas não costumam exigir a verificação de conformidade de toda a ampla e extensa legislação que se aplica para uma fazenda ou empresa. Eles determinam que seja investigada somente a parte da legislação que se relaciona diretamente com os temas da norma. Em geral as legislações ambientais e trabalhistas são as prioridades para a análise de conformidade do tempo limitado de uma auditoria.

Neste contexto, Pinto et al. (2014) avaliaram o cumprimento do Código Florestal em fazendas de café certificadas e não certificadas. Concluíram que o cumprimento com os requisitos de APP e Reserva Legal eram significativamente maiores nas certificadas (Figura 7). Mesmo assim, observaram que havia fazendas certificadas que não cumpriam integralmente com a lei.

Situação similar foi identificada em relatório recente da Repórter Brasil a respeito de condições trabalhistas em fazendas de café. Campos (2016) observou que fazendas certificadas Utz e RAS-Rainforest Alliance não cumpriam integralmente com a legislação trabalhista, tendo

inclusive sido autuadas por órgãos públicos por suas irregularidades.

Este dois casos ilustram que o não cumprimento legal faz parte das falhas e não conformidades de empreendimentos certificados e são tratados com os mecanismos de melhoria contínua igualmente às outras falhas ou não cumprimentos com a norma. Eles devem ser tratados, mas não significa que precisam ser totalmente ou imediatamente corrigidos para a manutenção da certificação; exceto aqueles considerados críticos que devem ser sanados imediatamente, independente de se relacionar à lei.

Primeiro, vale destacar que a gravidade ou consequência para a sustentabilidade do não cumprimento de um aspecto legal pode variar muito. Por exemplo, o Código Florestal e a NR 31 (regulamentação das condições de saúde e segurança de trabalhadores rurais) englobam diversos itens a serem cumpridos. E a falha em qualquer um deles deve resultar em uma não conformidade, mesmo que seja uma pequena adequação. E, finalmente, dada a complexidade, diversidade e alto nível de descumprimento da legislação em muitos países, os sistemas de certificação entendem que o seu papel também é induzir um processo de melhoria contínua para o cumprimento integral da legislação. Em geral, tratam direitos fundamentais (como as convenções da OIT – Organização Internacional do Trabalho) como critérios críticos, mas outros direitos e leis relevantes para determinados grupos de interesse podem ser tratados como temas de melhoria contínua que podem não ser cumpridos integralmente desde o início e onde podem ocorrer falhas durante a certificação.

Figura 07

Cumprimento de fazendas de café certificadas (azul) e não certificadas (vermelho) com requisitos de APP e Reserva Legal das versões do Código Florestal de 1965 e 2012



Fonte: Pinto et al. (2014).


SUSTENTABILIDADE  
EM **DEBATE**

## INCENTIVOS PARA A CONSERVAÇÃO DE FLORESTAS: a experiência da certificação no Brasil

Incentives for forest conservation: the experience of certification in Brazil

Luis Fernando Guedes Pinto<sup>1</sup>, Elisa Hardt<sup>2</sup>, Rozely Ferreira dos Santos<sup>3</sup>, Jean Paul Metzger<sup>4</sup>, Gerd Sparovek<sup>5</sup>, Edoardo Borgomeo<sup>6</sup>

## Aprendizado 6. Rastreabilidade. O que os selos garantem sobre os produtos e as empresas

A rastreabilidade conecta a fazenda ou a empresa produtora com os elos seguintes da cadeia produtiva, garantindo a origem do produto e seus atributos ao seu consumidor final. Em alguns casos, permite o uso de um selo no produto, onde há algum tipo de declaração sobre a sua “sustentabilidade”. Aí começam as possibilidades que costumam confundir o consumidor.

Tudo é mais simples quando o produto tem somente um ingrediente, como um pacote de café, uma garrafa de chá ou uma picanha e a declaração se refere exclusivamente a este ingrediente. Mas mesmo nesses casos, pode haver mistura de produto certificado com não

certificado, como no caso de café, onde cada produto pode ser uma composição de vários tipos de café, com diferentes origens. Na situação de misturas de produto certificado com não certificado, os selos podem declarar a porcentagem de mistura. Por exemplo, as regras para o uso do selo Rainforest Alliance Certified™ permitem a declaração de um produto puro (isto é, sem misturas), quando houver a partir de 90% do ingrediente certificado. Entre 30% e 90% é necessário declarar no selo a porcentagem real de mistura e abaixo de 30% não é permitido o uso do selo e nenhuma declaração.

As coisas se complicam quando o produto tem mais de

um ingrediente, como uma barra de chocolate ou um pacote de cereais matinais. Neste caso, geralmente as declarações dos selos tem que explicitar qual(is) ingrediente(s) tem origem certificada e em que porcentagem (caso exista mistura do ingrediente). E cada ingrediente pode ter um selo de sustentabilidade diferente. O chocolate pode ter cacau Rainforest Alliance Certified™ e o açúcar certificado Bonsucro, por exemplo. Além disso, pode estar embalado com um papel certificado FSC e haver os três selos no mesmo produto. E cada um destes três selos terá definições e garantias distintas de sustentabilidade. Por exemplo, o FSC somente permite desmatamento até 1994, a RAS-Rainforest Alliance até 2005 e o Bonsucro tem outros critérios para o mesmo assunto. Cada um tem uma lista de agrotóxicos proibidos e diferentes tolerâncias para o cumprimento das leis e direitos trabalhistas.

Enfim, esta complexidade ocorre e é necessária a devida transparência e informação para a decisão do consumidor. Mas frequentemente ele não está preparado para digerir toda esta informação. Por exemplo, é comum os consumidores associarem produtos certificados com qualquer selo de “sustentabilidade” com produtos orgânicos, o que não corresponde à realidade.

De todo modo, a rastreabilidade é o mecanismo que garante qualquer tipo de declaração. Mas há diferentes abordagens e níveis de garantias entre sistemas de certificação para a rastreabilidade. Os mais rigorosos garantem a matéria-prima certificada no produto final, havendo a chamada segregação ou separação da matéria-prima certificada ao longo de toda a cadeia produtiva. Isto é, o consumidor pode confiar que aquele pacote de café ou sorvete realmente tem café, açúcar ou soja certificada. Mas há sistemas que trabalham com a rastreabilidade em balanço de massa ou até mesmo crédito de matéria-prima certificada. Nestes, garante-se que determinada empresa compra certo volume de matéria-prima certificada e somente pode rotular produtos e fazer declarações limitadas a este volume. Mas não há garantias para o consumidor que o produto final na prateleira tem o açúcar ou a soja certificada.

As diferenças de robustez, complexidade e de custos de sistemas de rastreabilidade entre os extremos da segregação ou separação total para o de créditos de volumes é enorme. E ambas podem fazer sentido, desde que comunicadas adequadamente e de maneira transparente para a sociedade e o consumidor. A segregação é fundamental para produtos que a sua qualidade faz diferença para o consumidor, como os orgânicos. Não pode haver dúvida se o suco de laranja é orgânico. Mas mesmo para as outras situações onde a qualidade do produto não importa, como uma embalagem de papel, os consumidores querem ter a certeza de que aquele produto que tem o selo tem origem realmente certificada ou “sustentável”.

Mas para ampliar esta análise é preciso compreender o significado e o papel da certificação na relação empresa-produto-consumidor e empresa-sociedade. Quando a empresa se relaciona com o consumidor por meio do seu produto ou marca, garantindo a qualidade do produto, e a certificação de sustentabilidade faz parte destes atributos e garantias; ela deve optar por um sistema de rastreabilidade robusto e o mais próximo da segregação total.

Porém, se a certificação é parte de uma estratégia para demonstrar o cumprimento de determinado compromisso ou meta de sustentabilidade para a sociedade ou certas partes interessadas; sistemas mais flexíveis podem ser adequados. Se uma empresa tem o compromisso de comprar 100% de óleo de palma certificado até determinado ano, com metas de aumento ano a ano, um sistema de rastreabilidade de créditos pode ser adequado para comunicar para a sociedade. Contudo, ela deve ser muito cuidadosa com as declarações que faz sobre os seus produtos para os consumidores. O eventual uso de selos em produtos nesta condição deve vir acompanhado com declarações compatíveis com as garantias oferecidas para cada grupo de interesse. Como tudo na certificação, a transparência é chave para a escolha e a comunicação do sistema de rastreabilidade está ligado ao papel da certificação na estratégia da empresa.

## A evolução do mercado

A certificação socioambiental tem como característica a possibilidade do empreendimento certificado bem como os detentores dos produtos oriundos a utilizarem selos como o Rainforest Alliance Certified™ em embalagens e materiais de propaganda, agregando valor e criando um meio de comunicação com os consumidores a respeito da forma em que aquele produto foi produzido.

A utilização de selos que identificam a certificação nos produtos estabelece normalmente uma relação com a qualidade dos mesmos. No caso do café, por exemplo, é muito mais comum se encontrar o selo de certificação socioambiental em um café

especial<sup>1,2</sup> do que em um café comum. Nesse caso, as empresas buscam passar uma mensagem aos consumidores de que aquele produto além de ser de boa qualidade ou “gourmet”, ele atende aos requisitos de produção sustentável. Esse mesmo fato se estabelece em outras cadeias como do cacau/chocolate, carnes e frutas.

Este fator explica porque a certificação socioambiental obteve mais êxito em produtos que chegam aos consumidores de forma integral, pouco processados como ingredientes únicos ou sem mistura com outras matérias-primas sem origem (frutas, café, cacau, carne) em detrimento à commodities ou ingredientes.

<sup>1</sup> <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0168169907002414>

<sup>2</sup> <http://repositorio.ufla.br/handle/1/3272>

## O caso do café no Brasil

A certificação de café tornou-se relevante no Brasil devido ao aumento significativo da demanda mundial por cafés de qualidade e com garantias quanto à forma de produção. Esse processo ganhou força após pressão de ONGs internacionais que demonstraram que os pequenos produtores de cafés nos países tropicais não conseguiam sobreviver de forma digna com os baixos preços pagos pelo grão e que as condições dos trabalhadores nas fazendas eram muito precárias.

Torrefadores e traders, especialmente os internacionais começaram a demandar café certificado de seus fornecedores, normalmente empresas de importação e exportação de café, gerando um mercado global de cafés certificados, beneficiando a evolução das áreas cultivadas de maneira responsável no Brasil.

O Imaflora acompanhou, analisou e disseminou a evolução deste mercado por meio de relatórios anuais, com a síntese da produção e comercialização de todo o café certificado Rainforest Alliance Certified™ no Brasil, destacando os principais compradores e exportadores e os mercados de destino.

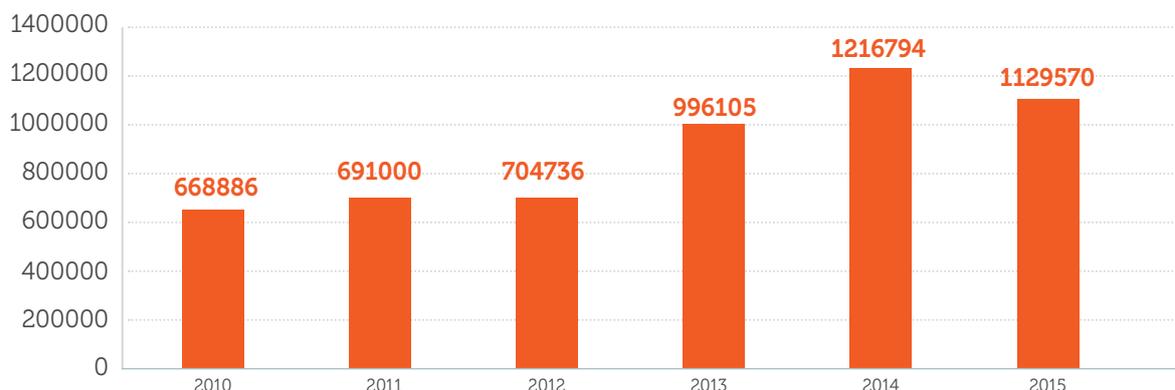
Entre os anos de 2002 a 2012, os cafés certificados obtinham um prêmio muito significativo, isto é, o fato de ostentarem a certificação, independentemente da qualidade já conferia um sobrepreço substancial aos cafés exportados.

Nos últimos anos, com a evolução e aumento das áreas e volumes certificados, bem como pela evolução do preço internacional do grão, a certificação tem resultado em um pequeno prêmio em comparação ao preço normal. Todavia, ela tem sido usada principalmente para a diferenciação final de produtos de alta qualidade, afinal, um consumidor que busca um café de qualidade e paga mais por isso, quer também que este café tenha sido produzido de forma responsável.

Desta forma, nota-se que os volumes de café certificados vendidos têm evoluído ano a ano e que os grandes compradores do passado como Kraft por exemplo, deram espaço para dezenas de pequenas e médias torrefações espalhadas pelo mundo. Em resumo, com o crescimento da produção certificada, aos poucos houve uma desconcentração da comercialização ao longo da cadeia, além do aumento, ainda que em pequena proporção, da presença de produtos certificados no Brasil (Figura 8).

Figura 08

## Evolução das exportações de cafés RAC (Rainforest Alliance Certified™) brasileiros de 2010 a 2015 (sacas de 60 kg).



## Relatório Anual Mercado de Cafés Rainforest Alliance Certified™ 2014



Elaborado por:  
Eduardo Trevisan Gonçalves  
Oseias Costa  
Luiz Brasi Filho

## Aprendizado 7. Auditoria. Como funciona.

A avaliação da conformidade de fazendas e empresas com as normas de certificação é feita por meio de um processo que inclui diversas etapas e é controlado por muitas regras que visam garantir a independência da tomada de decisão do certificador, entre outras coisas. Dentre as muitas etapas, a auditoria de campo é a mais importante e decisiva para subsidiar a decisão. Ela é realizada de maneira programada, geralmente com frequência anual. É conduzida por uma equipe multidisciplinar de auditores (excepcionalmente pode ser feita por uma pessoa) e ocorre em um período de tempo limitado (de 1 a 5 dias, em média).

Uma crítica comum sobre a efetividade da certificação é a respeito das limitações da auditoria. Ela é realizada de maneira programada com a empresa, ocorre em um

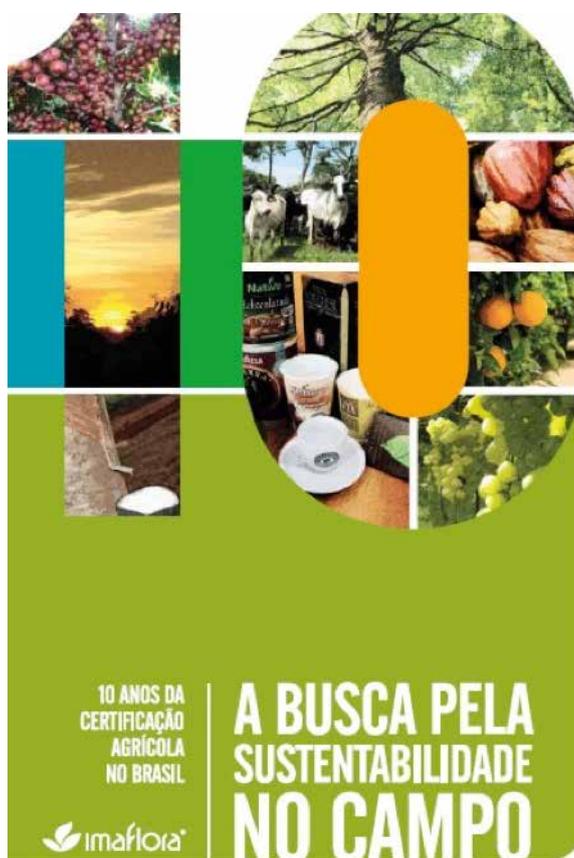
tempo curto e a empresa pode se preparar para a auditoria. Portanto, a auditoria não capturaria a realidade e o dia-a-dia do empreendimento. Embora estes argumentos façam sentido, existem técnicas de auditoria para minimizar estes efeitos. A avaliação de conformidade é realizada na triangulação de levantamento de evidências que combinam observações de campo, entrevistas com administradores e trabalhadores da fazenda, partes interessadas externas às fazendas (como vizinhos, sindicatos de trabalhadores e outros) e a análise de documentos e registros da empresa.

Além disso, os sistemas de certificação contam com outros mecanismos para contornar as limitações das auditorias. Entre estes estão a realização de auditorias surpresa, os mecanismos de reclamação e denúncia e

consequentes auditoria de investigação, consultas públicas e resumos públicos de relatórios de auditoria. Estes são mecanismos de transparência e diálogo ou fluxo de informação entre os sistemas de certificação e os certificadores e a sociedade ou partes interessadas.

Portanto, o monitoramento da certificação e do trabalho dos certificadores pela sociedade é um elemento essencial para o bom funcionamento destes sistemas. E nos aspectos descritos nos parágrafos anteriores talvez residam as diferenças mais fundamentais entre os sistemas de certificação e os certificadores. Além do conteúdo das

normas ou padrões de certificação (o elemento de longe mais estudado e comparado por empresas, ONGs e outras partes interessadas); as suas regras de aplicação, condições para a tomada de decisão e aprovação de um certificado, o desempenho mínimo para se certificar, o controle dos certificadores, o treinamento de seus auditores e a transparência são determinantes para a possibilidade destes sistemas realmente contribuírem para a sua missão de "sustentabilidade", seja qual for. No limite, não há certificação de sustentabilidade sem a participação da sociedade na sua construção e sem o seu monitoramento por partes interessadas.



**Citrus R&T** (e-ISSN 2236-3122)  
<http://citrusrt.centrodecitricultura.br>  
doi: 10.5935/2236-3122.20130002

*Artigo/Article*

## **Contribuições da certificação socioambiental para a sustentabilidade da citricultura brasileira**

Luis Fernando Guedes Pinto<sup>1</sup>, Alessandro Rodrigues<sup>1</sup>,  
Daniella Macedo<sup>1</sup> & Eduardo Augusto Girardi<sup>2</sup>



RESEARCH PROGRAM ON  
Climate Change,  
Agriculture and  
Food Security



## Info Note

### Transição para uma agropecuária mais sustentável e com baixas emissões no Brasil

*Lições da certificação e de outros projetos para a pecuária e café sustentáveis no Brasil*

Luis Fernando Guedes Pinto<sup>1</sup>, Reem Hajjar<sup>2</sup>, Peter Newton<sup>3</sup>, Arun Agrawal<sup>2</sup>, Daniel Adshead<sup>4</sup>, Dienici Bini<sup>4</sup>, Meghan Bogaerts<sup>2</sup>, Lora Cirhigiri<sup>2</sup>, Victoria A. Maguire-Rajpaul<sup>4</sup>, Adrian González-Chaves<sup>5</sup>, Constance McDermott<sup>4</sup>, Jeff Milder<sup>6</sup>, Patricia Pinho<sup>5</sup>, Ian Robinson<sup>2</sup>, Mikaela Rodkin<sup>2</sup>, Eva Wollenberg<sup>7,8</sup>

MAIO 2016

#### POLICY PERSPECTIVE

### Certification, forest conservation, and cattle: theories and evidence of change in Brazil

Peter Newton<sup>1</sup>, Helena Nery Alves-Pinto<sup>2</sup>, & Luís Fernando Guedes Pinto<sup>3</sup>

<sup>1</sup> International Forestry Resources and Institutions (IFRI) research network, School of Natural Resources and Environment, University of Michigan, 440 Church Street, Ann Arbor, MI 48109, USA

<sup>2</sup> International Institute for Sustainability, Estrada Dona Castorina, 124, 22460-320, Rio de Janeiro, RJ, Brazil

<sup>3</sup> Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola-Imaflora, Estrada Chico Mendes, 185, 13426-420, Piracicaba, SP, Brazil

Forest Policy and Economics 30 (2013) 23–29



Contents lists available at [SciVerse ScienceDirect](http://SciVerse.ScienceDirect)

Forest Policy and Economics

journal homepage: [www.elsevier.com/locate/forpol](http://www.elsevier.com/locate/forpol)



### Equity and forest certification — A case study in Brazil

Luís Fernando Guedes Pinto<sup>a,b,c,\*</sup>, Constance McDermott<sup>d</sup>

<sup>a</sup> IMAFLORA — Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, Brazil

<sup>b</sup> Visiting Research Associate at Oxford Centre for Tropical Forests-Environmental Change Institute, University of Oxford, UK

<sup>c</sup> ESCAS — Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, Brazil

<sup>d</sup> Oxford Centre for Tropical Forests, University of Oxford, 5 South Parks Rd, Oxford OX1 3QY, UK

CARACTERÍSTICAS, POTENCIAL E LIMITAÇÕES DE DIFERENTES  
MODALIDADES DE CERTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL  
PARA SISTEMAS AGROFLORESTAIS

*Luis Fernando Guedes Pinto<sup>1</sup>*  
*Eduardo Trevisan Gonçalves<sup>2</sup>*  
*Daniel Berkembrock<sup>3</sup>*  
*Masaaki Yamada<sup>4</sup>*  
*Leonardo Sorice<sup>5</sup>*

Wageningen University – Department of Social Science

---

**Do Smallholders Benefit from Group Certification?**

A Case Study on the Social and Economic Effects of Rainforest Alliance Group  
Certification on Small-Scale Tea Farmers in Misiones, Argentina

## Considerações Finais

A certificação é um instrumento de mercado que tem o propósito de reconhecer e valorizar o que é bem feito e motivar ou induzir mudanças para um patamar mais alto de sustentabilidade. Para cada ator da sociedade ela pode ter significados diferentes. Para produtores pode ser importante para oferecer vantagens econômicas de mercado, acesso a inovação e melhoria contínua da gestão e da produção, a conservação dos seus recursos naturais e um consequente fortalecimento do seu negócio. Para o comprador oferece garantias, diminui riscos, diferencia seus produtos e as suas marcas, comunica sustentabilidade. Para o trabalhador pode representar a garantia de direitos e de condições dignas de trabalho. Para a sociedade pode resultar na conservação da natureza, bem-estar social e na maior transparência sobre o setor produtivo.

Nos estudos realizados pelo Imaflora e na literatura em geral há evidências da certificação ter contribuído não somente para mitigar impactos, mas também a recuperação e a conservação ambiental. Contudo, no campo social os impactos tem se limitado a garantir direitos e condições seguras e dignas de trabalho (o que não é pouco) em detrimento de uma mudança estrutural dos modos de vida de vida e bem estar de trabalhadores rurais e comunidades de entorno de unidades produtivas. Também tem tido efeito apenas marginal em lidar com as assimetrias entre a agricultura empresarial e a familiar e a concentração da terra e da riqueza no campo, que são desafios fundamentais para o setor no Brasil e no mundo.

Mesmo assim, mais de uma década após a sua fase mais intensa de desenvolvimento e implantação, a certificação socioambiental ocupou papel relevante na agenda de sustentabilidade da produção agropecuária e de corporações das cadeias de produtos de origem florestal e agrícola no Brasil e no mundo. Tem importância muito diferente entre commodities, mas influenciou decisivamente algumas delas e outras de forma mais incipiente. O seu impacto no campo foi grande em milhões de unidades de produção isoladas ao redor do mundo, mas se teve influência mais forte em alguns setores e cadeias produtivas, ainda não há evidência de que teve na paisagem em grande escala. O seu crescimento ainda acontece, mas em um ritmo mais lento do que ocorreu anteriormente e alcança um perfil limitado

de produtores responsáveis.

Além destes efeitos particulares e setoriais, tem gerado outros aprendizados que contribuem para o fortalecimento da agropecuária e um movimento rumo a um novo patamar de sustentabilidade. Tem contribuído para o cumprimento das legislações ambientais e trabalhistas. A sua rotina de avaliação e monitoramento de boas práticas permite identificar as lacunas e barreiras para a implementação da sustentabilidade no campo. Isto pode orientar o aprimoramento de políticas públicas e privadas e induzir demandas de pesquisa e tecnologia que possam contribuir para a sua superação.

O futuro da certificação passa por um aumento de escala, um alcance territorial mais amplo e a sua combinação inteligente com outros mecanismos de busca por inovação, boas práticas e sustentabilidade, tanto no plano das políticas públicas quanto privadas (Newton et al., 2014). Todavia, é fundamental entender a sua distinção de muitas das atuais iniciativas também chamadas de “sustentabilidade” em desenvolvimento e implementação para os setores florestal e agrícola. Muitas delas têm muito mérito e grande impacto (como as moratórias de commodities), mas estas tem tido o claro papel de evitar danos ou a continuidade de situações inaceitáveis, predatórias e degradantes nestes setores, como o desmatamento e o trabalho escravo. Este é somente o primeiro passo para uma mudança de comportamento e de desempenho socioambiental, mas a certificação socioambiental baseada nos princípios de independência, transparência e participação tem sido um dos principais mecanismos até o momento para liderar os próximos passos para um novo patamar de sustentabilidade de maneira mais ampla, envolvendo ao mesmo tempo a conservação da biodiversidade, do solo, da água e a garantia de direitos e o bem estar de trabalhadores e comunidades rurais.

Assim, é preciso ficar atento para que não seja substituída por instrumentos menos rigorosos, robustos e transformadores. É urgente acabar imediatamente com o predatório e o degradante em toda a produção, mas é necessário seguir na espiral ou pirâmide da sustentabilidade com um amplo e significativo leque de produtores para que as metas nacionais e globais de conservação e equidade sejam atingidas

## Agradecimentos

Os estudos e sistematizações do trabalho de certificação do Imaflora somente foram possíveis por meio de colaborações com pesquisadores e estudantes de pós-graduação de entidades de ensino e pesquisa como a USP, Unicamp, Unesp, Universidades internacionais

de Oxford, Michigan, Wagenigen, Cambridge e CCAFS. Também agradecemos a todas as pessoas que fizeram parte da equipe de certificação agrícola e foram fundamentais para a elaboração de perguntas e hipóteses dos estudos, a organização e a análise de dados.

## REFERÊNCIAS

- Adshead, D. (2015). A landscape-level approach to equity in certification. Master of Science in Environmental Change and Management. Oxford, Universidade de Oxford. 46p.
- Bakker, P. (2014). Do Smallholders Benefit from Group Certification? A Case Study on the Social and Economic Effects of Rainforest Alliance Group Certification on Small-Scale Tea Farmers in Misiones, Argentina. Wagenigen University – Department of Social Science. MSc. Thesis.
- Barham, B.L. Weber, J.G. (2012). The Economic Sustainability of Certified Coffee: Recent Evidence from Mexico and Peru. World Development Vol. 40, No. 6, pp. 1269–1279.
- Bini, D. A.; Miranda, S.H.G.; Vian, C.E.F.; Pinto, L.F.G.; Fernandes, R.N. (2015). O efeito econômico da certificação rede de agricultura sustentável - Rainforest Alliance: uma análise dos produtores de café de Minas Gerais. IX SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 2015. Curitiba
- Bini, D., Pinto, L.F.G., Miranda, S., Vian, C., Fernandes, R.N. (2016). Certificação socioambiental é vantagem econômica dentro da fazenda. Sustentabilidade em debate, No 3. Piracicaba: Imaflora. p. 25-33 .
- Borges, E.V.S. (2015). Impactos das norma da Rede de Agricultura sustentável (RAS) em operações do setor agrícola. UNIMEP. Faculdade de Gestão e Negócios. Estágio Supervisionado em Administração.
- Campos (2016). Café certificado, trabalhador sem direitos. Repórter Brasil, São Paulo, 25 p.
- Ferris, V., Pinto, L.F.G., Rajpaul, V., Rodrigues, A., McDermott, C. 2016. A gestão é condição para a melhoria contínua e sustentabilidade no campo. Sustentabilidade em debate, No 3: A sustentabilidade é um bom negócio para a agricultura. Piracicaba: Imaflora. p. 34-47.
- Hardt, E., Borgomeo, E., dos Santos, R.F., Pinto, L.F.G., Metzger, J.P. & Sparovek, G. (2015). Does certification improve biodiversity conservation in Brazilian coffee farms?. Forest Ecology and Management, 357, 181-194.
- ITC (2017). <http://www.standardsmap.org/>
- Lima, A.C.B., Alves, M.C., Maule, R.F., Sparovek, G. (2009) E certificar faz diferença? Imaflora - USP - Entropix, Piracicaba, 95p.
- Molenaar, J.W., Kessler, J.J. (2017). The business benefits of using sustainability standards - a meta-review. ISEAL – Aidenvironment. Amsterdam. 48p.
- Newton, P., Alves-Pinto, H. N. and Pinto, L.F.G. (2014), Certification, forest conservation, and cattle: theories and evidence of change in Brazil. Conservation Letters. doi: 10.1111/conl.12116
- Pinto, L.F.G.; Gonçalves, E.T.; Berkembrock, D.; Yamada, M.; Sorice, L. (2013). Características, potencial e limitações de diferentes modalidades de certificação socioambiental para sistemas agroflorestais. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 30, n. 1/3, p. 11-32, jan./dez. 2013.
- Pinto, L.F.G.; McDERMOTT, C. (2013). Equity and forest certification — A case study in Brazil. Forest Policy and Economics. 30:23-29.
- Pinto, L.F.G., Rodrigues, A.; Macedo, D., Girardi, E.A. (2013b). Contribuições da certificação socioambiental para a sustentabilidade da citricultura brasileira. Citrus Research & Technology, Cordeirópolis, v.34, n.1, p.9-16.
- Pinto, L.F.G.; Gardner, T.; McDermott, C.; Ayub, K.O.L. (2014). Group certification supports an increase in the diversity of sustainable agriculture network—rainforest alliance certified coffee producers in Brazil. Ecological Economics, Volume 107, November 2014, Pages 59-64
- Pinto, L.F.G.; Hardt, E.V.; Santos, R.F.; Metzger, J.P.; Sparovek, G.; Borgomeo, E. (2014). Incentivos para a conservação de florestas: a experiência da certificação no Brasil. Sustentabilidade em debate, No 1. Piracicaba: Imaflora 28 p. ISBN: 978-85-98081-66-3
- Pinto, L.F.G. (organizador). (2014). A busca pela sustentabilidade no campo – Dez anos da Certificação Agrícola no Brasil. Piracicaba, Imaflora. 132p. isbn 978-85-98081-65-6.
- Pinto, L. F. G., Hajjar, R., Newton, P., Agrawal, A., Adshead, D., Bini, D., ... & McDermott, C. (2016). Transitioning to more sustainable, low-emissions agriculture in Brazil. CCAFS Info note.
- Pinto, L.F.G. (2016). Certificação agrícola. In: Philippi et al. Gestão empresarial e sustentabilidade. Capítulo 20. P 548-568. Barueri, Editora Manole. Coleção Ambiental, volume 21.
- Potts, J, Lynch, M., Wilkings, A., Huppé, G., Cunningham, M, Voora, V, (2014). The State of Sustainability Initiatives Review 2014: Standards and the Green Economy. IISD-IIED, Winnipeg.

## EXPEDIENTE

### Realização:

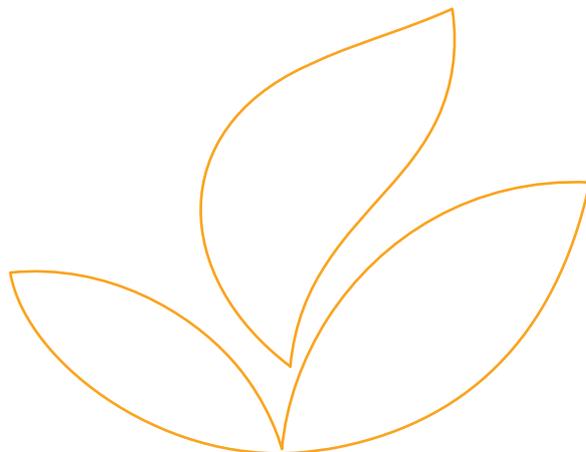
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola  
IMAFLORA

### Edição:

Thiago José D'Angelo

### Agradecimentos:

Agradecemos a revisão e a análise crítica do manuscrito feita por Marcelo Paixão, Professor da Universidade de Austin EUA.



## Perspectiva Imaflora



### Ficha Catalográfica:

Aprendizados da certificação socioambiental para a agricultura | PINTO, Luis Fernando Guedes. GONÇALVES, Eduardo Trevisan. Perspectiva Imaflora, Número 4 - Piracicaba, SP: Imaflora, 2017. 22 p.

ISBN: 978-85-98081-93-9

1. Agricultura, 2. Floresta, 3. Brasil, 4. Certificação.

### Sobre o Imaflora:

O Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, criada em 1995 para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e para gerar benefícios sociais nos setores florestal e agropecuário.

Copyright© 2017 Imaflora®.

Para democratizar ainda mais a difusão dos conteúdos publicados no Imaflora, as publicações estão sob a licença da Creative Commons ([www.creativecommons.org.br](http://www.creativecommons.org.br)) que flexibiliza a questão da propriedade intelectual. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Luis Fernando Guedes Pinto | Engenheiro Agrônomo, Doutor em Agronomia e Gerente do IMAFLORA | [luisfernando@imaflora.org](mailto:luisfernando@imaflora.org)

Eduardo Trevisan Gonçalves | Engenheiro Agrônomo e Gerente do do IMAFLORA | [eduardo@imaflora.org](mailto:eduardo@imaflora.org)

Realização